

A AUTOCONSTRUÇÃO SOB A PERSPECTIVA DOS MORADORES DE UMA OCUPAÇÃO URBANA EM FLORIANÓPOLIS/SC

Self-construction from the perspective of residents in an urban occupation in Florianópolis/SC

Victória da Silva Soares
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC),
Florianópolis, SC, Brasil

Francisco Canella
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC),
Florianópolis, SC, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 30/10/2022

Aceito em 21/11/2023

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p398-416>

Copyright (c) 2023 Victória da Silva Soares e Francisco Canella



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

SOARES, Victória da Silva. Francisco Canella. A autoconstrução sob a perspectiva dos moradores de uma ocupação urbana em Florianópolis/SC. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 48, n. 259, p. 398-416, maio/ago., 2023. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p398-416>

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar o processo de autoconstrução dos moradores na ocupação urbana Marielle Franco, em Florianópolis (SC). Destaca-se a autoconstrução como uma alternativa enfrentada pela população de mais baixa renda para acessar o direito à moradia digna. A pesquisa, que adota uma abordagem qualitativa de estudo de caso, busca compreender as questões emergentes relacionadas às novas construções na ocupação em estudo. Os principais métodos de coleta de dados incluem questionários e entrevistas semiestruturadas, para além das fontes bibliográficas e documentais. Além disso, o estudo revela o cenário desafiador no acesso precário e desigual à moradia em Florianópolis, acentuando a segregação socioespacial e contrariando a retórica da igualdade de acesso à cidade. Os resultados desta pesquisa reforçam as disparidades socioespaciais e a constante luta pelo direito à moradia numa cidade autointitulada "Ilha da Magia".

Palavras-chave: Autoconstrução. Ocupação urbana. Espoliação urbana.

Abstract

This article aims to analyze the self-construction process of residents in the urban occupation Marielle Franco in Florianópolis (SC). Self-construction is highlighted as an alternative faced by the lower-income population to access the right to decent housing. The research, adopting a qualitative case study approach, seeks to understand the emerging issues related to new constructions in the occupation area under study. The main data collection methods include questionnaires and semi-structured interviews, in addition to bibliographic and documentary sources. Furthermore, the study reveals the challenging scenario of precarious and unequal access to housing in Florianópolis, emphasizing socio-spatial segregation and contradicting the rhetoric of equal access to the city. The results of this research reinforce socio-spatial disparities and the ongoing struggle for the right to housing in a city self-proclaimed as the "Magic Island".

Keywords: Self-construction. Urban occupation. Urban dispossession.

INTRODUÇÃO

O acesso à moradia é precário ou inexistente para uma grande parcela da população brasileira. Combinado ao alto custo dos imóveis e do aluguel, a população de mais baixa renda não acessa um direito fundamental à vida. A população vulnerabilizada, que não tem

seu direito à moradia digna garantido - atendendo a condições mínimas de habitabilidade -, passa a compor os expressivos índices do *déficit* habitacional no país. Para além da falta de moradias, vivem em domicílios que carecem de infraestrutura urbana e passam a ocupar áreas desvalorizadas pelo capital imobiliário nas grandes cidades em áreas de ocupações irregulares. Como coloca o ativista da luta por moradia Guilherme Boulos (2012, p. 14) “esse grupo é aquele que chegou ao limite da degradação causada pela falta de moradia, pelo desemprego e outros males do sistema capitalista.”

O acesso aos recursos e serviços urbanos básicos como moradia digna, saneamento, transporte e saúde são precarizados à população de mais baixa renda. Esse processo de espoliação, segundo Kowarick, é resultado de uma apropriação desigual do espaço urbano pela classe dominante que, concomitantemente, exclui a maioria da população de acessar aos serviços urbanos (Kowarick, 1993).

Em pesquisa com moradores de uma área de ocupação urbana em Florianópolis, a ocupação Marielle Franco (Florianópolis - SC), dedicamos nossos esforços à análise das alternativas de acesso à moradia criadas por esses moradores. Diante de uma situação marcada pela escassez de recursos, o processo de autoconstrução persiste como uma alternativa em uma cidade que, cotidianamente, continua a reproduzir espaços segregados. Segundo o autor Oliveira (2006), a autoconstrução no Brasil, pode ser entendida como a capacidade que a classe trabalhadora tem de construir, de forma autogerenciada, suas formas de vida e organização social.

Com base nas categorias de espoliação urbana e de autoconstrução, este estudo pretende compreender a estratégia da autoconstrução dos moradores da comunidade Marielle Franco, a partir de sua organização autogestionada, bem como o tempo dispendido no processo autoconstrutivo, aspectos estes revelados ao longo da pesquisa em campo a partir das falas dos moradores entrevistados.

A SITUAÇÃO HABITACIONAL EM FLORIANÓPOLIS

A Fundação João Pinheiro, responsável em realizar estudos sobre o *déficit* habitacional no Brasil, em seu estudo mais recente (2016 a 2019) fez um levantamento em todo o território nacional sobre os principais componentes do *déficit* habitacional, como o

aumento no índice relativo à habitação precária e ao ônus excessivo, sendo este calculado a partir do comprometimento da renda familiar de 30% com o aluguel (FJP, 2018).

Os autores M. Pimenta e L. Pimenta (2011), ao abordarem a pobreza urbana ocasionada pelo aumento do processo migratório para a capital catarinense, trazem à tona a perspectiva da ocupação, predominante pela classe trabalhadora, no Maciço do Morro da Cruz. Este processo, intensificado sobretudo a partir da década de 1990, ganha centralidade no setor imobiliário da cidade que passa a valorizar a região devido sua proximidade aos serviços urbanos e, as incipientes instalações luxuosas passam a ocupar as cotas mais altas do Maciço (Pimenta, M.; Pimenta, L., 2011).

Estudos recentes elaborados pelo Índice FipeZap¹ relacionado ao primeiro semestre de 2023 e, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), revelou alta de 23% no preço dos imóveis na cidade. Em recente matéria publicada pelo Jornal ND+ (Bottamedi, 2023), no mês de agosto, a capital² catarinense foi a segunda colocada no ranking nacional com maior valorização imobiliária. O dado, ainda segundo fonte da matéria publicada, revela um aumento expressivo no valor do imóvel nos bairros universitários da cidade, como Trindade e Córrego Grande (Bottamedi, 2023).

Com relação ao mês de setembro de 2023, o estudo elaborado pelo FipeZap, especialmente no segmento do preço médio de locação residencial, onde o aluguel dos imóveis residenciais com um dormitório obteve o maior valor médio (R\$53,16/m²) e os imóveis com três dormitórios com menor valor médio (R\$36,29/m²). Ainda de acordo com a publicação, “comparando-se os resultados apurados para as capitais envolvidas no cálculo do índice, a cidade de São Paulo (SP) apresentou o preço médio mais elevado (R\$50,69 /m²), seguida por Florianópolis (R\$50,46/m²).”

Diante dos dados apresentados, bem como dos bairros mais valorizados na Ilha, esta necessidade modernizadora antecede a atual conjuntura imobiliária na cidade. Com relação aos aspectos urbanísticos de Florianópolis, trazendo em sua essência as transformações e

¹ Índice que acompanha as variações de preço dos imóveis residenciais e comerciais no Brasil, onde o cálculo é baseado nos anúncios de venda e locação.

² De acordo com o estudo, os cinco bairros da Ilha com maior valor do m², em agosto de 2023, estão localizados na região central da cidade, que são, respectivamente: Agrônômica (R\$12.296), Córrego Grande (R\$11.097), Centro (R\$11.032), Itacorubi (R\$10.756) e Trindade (R\$10.681).

desigualdades socioespaciais na cidade provocadas pela elite comercial à época, estas particulares e singulares mudanças na geografia da cidade são reforçadas no denso trabalho produzido por Santos (2009). De acordo com o autor “o desejo das pessoas que queriam modernizar a cidade, embelezá-la, higienizá-la, e construir nova arquitetura, de transformá-la, de acabar com os bairros pobres, de alargar os becos e demolir os cortiços e as casinhas, aumentou a divisão social que dividiria a cidade.” (Santos, 2009, p. 308).

Somado à necessidade da transformação urbana de Florianópolis, com vistas ao crescimento econômico e parâmetros urbanísticos a partir da higienização da cidade, a mídia foi e, tem sido, um agente propagador das desigualdades sociais e espaciais na então chamada “Ilha da Magia”³. A tese de Miriam Santini de Abreu (2019) complementa a discussão, uma vez que a autora faz uma densa análise crítica sobre o jornalismo local frente à questão urbana da capital catarinense, especialmente às ocupações urbanas na cidade. No entanto, não há intenção nesta pesquisa sobre o aprofundamento da cobertura midiática sobre Florianópolis, mas, considera-se relevante apresentar as principais contribuições da autora que vão ao encontro da realidade: uma cidade para poucos.

Quando se tem um estudo referente ao preço do m² na cidade, sendo a segunda capital brasileira com maior valorização imobiliária, ressalta-se ao que Abreu (2019) apresenta como os “jargões” de Florianópolis: qualidade de vida, indústria e vocação, que continuamente são amplamente divulgados pela mídia e, portanto, intensificam os grandes investimentos em áreas privilegiadas. O estudo de Abreu (2019) traz ao centro da discussão o campo ideológico produzido pelo jornalismo na ideia de uma cidade ideal para morar, para investir, reproduzindo uma lógica capitalista onde a cidade atua como mercadoria. O autor Kowarick acrescenta:

[...] as cidades como *locus* de consumo, aí incluídos não só a habitação - mas também redes viárias, de água, esgoto e demais serviços coletivos, não esquecendo a terra urbana, suporte material que recebe essas e outras benfeitorias - passaram a expressar acirradas formas de segregação socioeconômica. (Kowarick, 2009, p. 59).

³A legitimação do turismo como ‘vocação natural’ de Florianópolis move a produção da ideologia pelos grupos dominantes e consolidou o slogan ‘Ilha da Magia’. (Abreu, 2019, p. 217).

A autora Maricato (2003, p. 153) corrobora essa ideia ao afirmar que “a produção do ambiente construído e, em especial o ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso.” Com o desenvolvimento urbano, bem como a especulação imobiliária, existe, simultaneamente, a cidade do ilegalismo urbanístico, chamadas áreas ambientalmente frágeis (Maricato, 2003) que é ocupada pela maioria da população de mais baixa renda.

A ocupação Marielle Franco é marcada pela construção habitacional popular e as inerentes dificuldades infraestruturais. Ocupar áreas irregulares consiste na alternativa de moradia para a população de mais baixa renda, viabilizando com isso, a proximidade com a oferta de empregos e demais serviços coletivos, e, principalmente, evitando o aluguel.

No entanto, os moradores da ocupação enfrentam a realidade do iminente risco de despejo por parte da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) para intervir na demolição de várias casas nas áreas ocupadas. Essa intervenção pelo poder público municipal ocorre, principalmente, pela valorização da área pelo capital imobiliário, considerando sua proximidade aos bairros, como citados acima, com maior valorização do m² na cidade. O autor Calheiros acrescenta:

Pela singularidade da paisagem e localização privilegiada que sustenta - conexão direta entre a área central e os bairros residenciais de classe média e alta, bem como da proximidade aos principais equipamentos, serviços públicos e ofertas de trabalho - as áreas ocupadas acabaram se transformando em um objeto de disputa e tensão permanentes envolvendo a população pobre local, investimentos empresariais e as políticas públicas. (Calheiros, 2020, p. 86).

Pela localização estratégica da ocupação e, somado com a discriminação social que sofrem os moradores da ocupação, os relatos de violência institucional cometidos pela Polícia Militar (PM) são recorrentes sob a justificativa de estarem em uma localidade com a presença do crime organizado (Calheiros, 2020). Amparado no discurso de “combate ao crime organizado”, a PMF administrou ações de despejos na ocupação, onde em 2018 os moradores relembram como a mais violenta, com a presença do braço armado da PM que demoliu 10 habitações (Calheiros, 2020).

As intervenções municipais, junto à violência institucional, são justificadas pelas manchetes nos tradicionais jornais da cidade, onde veiculam as ocupações como local do “perigo”, da “marginalidade”, bem como a alusão da ocupação como local de “pobreza”

(ABREU, 2019). Em imagens no Jornal ND, são apresentadas as seguintes legendas com relação às demolições: “Parte do material dos barracos demolidos foi deixada no local para servir de exemplo a futuros invasores”; “Celesc fez o desligamento dos “gatos”; “Moradora implora a PM para barraco não ser demolido, Trabalho foi realizado em dois terrenos no Alto da Caieira.” (Abreu, 2019, p. 308).

Ao considerar a realidade de Florianópolis, o projeto de cidade está muito longe de atender ao *slogan* “Ilha da Magia”, uma vez que deixa fora da “cidade formal” a grande massa trabalhadora, inserida em contextos precários no mercado de trabalho, com baixa remuneração e sem condições de ter assegurado o direito à moradia digna. No âmbito das relações capitalistas, a moradia atua como mercadoria e seu acesso passa a ser garantido com o poder de compra.

QUEM SÃO OS MORADORES DA OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO

Localizada na porção mais alta do Maciço do Morro da Cruz, no Alto da Caieira, a ocupação urbana Marielle Franco ocupa duas áreas; uma de natureza pública⁴ e, outra propriedade particular⁵. A ocupação que, segundo relatos de lideranças locais, teve as primeiras casas construídas a partir dos anos 2000 na porção mais alta do Maciço, se deu de forma gradual, a partir de determinantes históricos e sociais à época. As incipientes construções de moradia na área hoje conhecida como Marielle Franco, traz à tona a observação de Pimenta (2011) sobre as ocupações urbanas ao longo do Maciço pela população de mais baixa renda que opta pela localidade aos serviços públicos e ofertas de emprego na região. O autor complementa:

Os novos migrantes dirigem-se então para as áreas mais elevadas, mais íngremes e mais instáveis dos morros para permanecer no centro, enquanto parcelas mais numerosas voltam-se para uma coroa de morros num raio de distâncias intermediárias com relação ao centro, criando novas ocupações em áreas até então preservadas. (Pimenta, 2011, p. 7).

⁴ Segundo o Plano Diretor do município de Florianópolis, a área é classificada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), contanto, são áreas urbanas destinadas à projeto de habitação popular.

⁵ Parte do terreno concedido à PMF para quitação de dívida do IPTU (Calheiros, 2020).

Ao compor o perfil dos moradores, dados levantados a partir dos questionários apontam a maioria de mulheres 53,6% moradoras na ocupação Marielle Franco, comparado ao número de 44,6% de homens que residem na ocupação. Este dado pode ser problematizado a partir da expressiva desigualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil, mesmo ocupando os mesmos cargos. Estudos revelam uma diferença salarial de 30% a menos para as trabalhadoras, considerando também os cenários da informalidade no mercado de trabalho e o desemprego (Helene, 2019). A autora complementa com relação às mulheres que desempenham funções não remuneradas, “mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas.” (Helene, 2019, p. 956).

As famílias da ocupação Marielle Franco constituem-se por migrantes, em sua maioria, do estado do Pará (22,4%), seguidos pela Bahia (16,5%) e, interior do estado de Santa Catarina (11,8%), conforme dados coletados. De acordo com o *survey*⁶ aplicado na localidade, a maior incidência de migrantes paraenses está relacionada à violência no estado, conforme a fala dos entrevistados paraenses. Ressalta-se que esta pesquisa não tem enfoque de análise sobre a criminalização e violência, no entanto, entende-se que tal dado gerado obtido através dos questionários precisa ser apresentado como um dado resultante do processo migratório dessas famílias para Florianópolis, especialmente na área de estudo. Sob a perspectiva antropológica, a violência precisa observada como um fenômeno social do qual configura-se como expressão da sociedade e, serve como:

[...] uma resposta a um sistema que se associa à forma de poder vigente onde a oposição entre dominante e dominado se reproduz de acordo com o contexto das relações sociais que o grupo desenvolve e, conseqüentemente, desemboca em medidas legais e jurídicas do próprio sistema. (Gullo, 1998, p. 106).

Outro indicativo pela fuga da violência considerado nesta pesquisa, aponta a escolaridade como um dado relevante para complementar os dados migratórios para a ocupação. Em sua maioria, os moradores da ocupação Marielle Franco apresentam uma deficiência quanto à conclusão dos estudos. Especialmente nas fases iniciais, predominou o

⁶ A pesquisa na área de estudo foi possível com a parceria entre o grupo e projeto de pesquisa Mulheres e Luta por Moradia e o Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Graduação em Geografia, ambos da UDESC. Ao todo, foram 85 (oitenta e cinco) questionários aplicados entre os dias 07 de maio, 11 de junho, 30 de julho e 8 de outubro de 2022.

expressivo número de pessoas com Ensino Fundamental incompleto (29%), seguidas de pessoas que não concluíram o Ensino Médio (25%).

Ao levar em consideração o perfil socioeconômico dos moradores das ocupações urbanas, a baixa escolaridade é um índice desafiador e, que delimita, também, a precariedade de acesso ao trabalho formal, com boa remuneração. Galvez (1999, p. 137) complementa que “[...] a relação entre escolaridade e inserção no mercado de trabalho está determinada pelo perfil educacional geral pela sociedade, mais do que pela demanda de qualificação oriunda do mercado de trabalho”. Neste sentido, entende-se que a violência incide sobre uma classe precarizada de acesso aos direitos sociais e, o acesso à educação é também indicador social na busca por equidade. No entanto, outro aspecto relevante ao analisar a presença dessas famílias na ocupação é a busca por oportunidades e melhor integração no mercado de trabalho, além do acesso facilitado aos serviços públicos locais, em especial, levando em conta a privilegiada localização da ocupação Marielle Franco.

A solidariedade frequentemente aparecia nas falas dos entrevistados, especialmente quando questionados sobre a família, se vieram acompanhá-los ou permaneceram na cidade de origem, mas, na maior parte, os familiares têm migrado para a cidade, principalmente, por maiores oportunidades de trabalho, ocasionando no intenso fluxo migratório para Florianópolis. O autor Brito (2015) esclarece que as migrações se constituem como um processo social, portanto, não se trata da migração em sua individualidade, mas sim, de toda a sua bagagem social e cultural e, complementa:

O brasileiro tem o hábito de emigrar, inclusive a longa distância, faz parte da organização da sociedade a socialização para emigrar. A rigidez da estratificação social no Brasil é tão grande que “melhorar de vida” ou “ascender socialmente”, para uma grande maioria da população, sempre esteve associado à migração ou, melhor ainda, só era possível com a migração. (Brito, 2016, p. 2015).

É, portanto, um processo que carrega inúmeras expressões, bem como as incertezas lançadas ao recém-chegado na cidade. O processo de migração para Florianópolis abarca uma série de questões e contradições, especialmente no tocante ao acesso ao mercado de trabalho formal e, especificamente, o acesso à cidade. Abreu (2019) ao analisar as coberturas da grande massa de comunicação da cidade, apresenta a midiaticização de Florianópolis sob a prerrogativa da capital com melhor qualidade de vida. Ainda segundo a autora, a cidade é aquela que tem favorecido a segregação socioespacial à classe de mais baixa renda e o

investimento da cidade para uma pequena parcela da população, com a verticalização em massa com alto padrão construtivo e, deixa para os então recém-chegados na capital catarinense, as áreas que não são de interesse especulativo que, são em sua maioria, áreas com piores localização e difícil acesso aos serviços urbanos (Abreu, 2019). Com a intensa análise de diversas fontes da mídia tradicional da cidade, as manchetes corroboram para a contínua criminalização dos moradores das ocupações urbanas. Abreu (2019, p. 312) sintetiza:

A tensão entre o habitar e o habitat aparece na afirmação de que a cidade não pode ser invadida. Já não se trata, portanto, de impedir que as pessoas tenham uma casa para morar e assim suprir uma necessidade básica do ser humano; a questão é impedir o acesso à cidade como um todo. A ideia posta em circulação, de uma cidade que não pode ser invadida, evoca, para os que estão dentro dela, uma muralha intangível que essa parcela empobrecida e organizada da população não deveria atravessar [...].

O seletivo direito à cidade esbarra nas contradições midiáticas ao comparar a capital catarinense como a cidade das oportunidades, uma vez que regula o seu acesso através da disciplina sobre quem pode ou não pode entrar na cidade, conforme defende a organização e movimento “Floripa Sustentável” (Abreu, 2019). A parcialidade da mídia tradicional local ao condenar as ocupações urbanas e defender a permanência de grandes empreendimentos em áreas de preservação permanente, por exemplo, contraria a disseminação de Florianópolis como “Ilha da Magia”. Ao considerar este debate do desigual acesso à terra e, a constante precarização da vida da classe trabalhadora, o autor Corrêa resume:

A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal-remunerado. (Corrêa, 2004, p. 29).

As quatro entrevistas semiestruturadas que foram realizadas em agosto de 2022 e concluídas em maio de 2023 serão neste capítulo apresentadas. A escolha pelos quatro entrevistados, que foram apenas identificados como 1, 2, 3 e 4, se deu através da amostragem de bola de neve. A primeira entrevistada (1) foi escolhida por ser uma figura conhecida e ativa na luta por moradia na cidade. Os outros três participantes, através da indicação, também são atores fundamentais no protagonismo da luta pela moradia, como também ativa

participação nas obras de melhorias de infraestrutura na comunidade. Este trabalho inclina-se às principais questões trazidas nas falas dos quatro entrevistados. Abaixo, na tabela, é possível identificar os entrevistados com base no sexo, idade, seu local de origem e ocupação.

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Origem	Ocupação
1	Feminino	41 anos	Serrinha (BA)	Faxineira
2	Feminino	42 anos	Euclides da Cunha (BA)	Desempregada
3	Masculino	33 anos	Interior Pará (PA)	Serviços gerais
4	Masculino	31 anos	Quatipuru (PA)	Porteiro

Fonte: elaborado pela autora (2023).

São histórias que atravessam as desigualdades sociais e as trajetórias migratórias na busca por condições melhores de sobrevivência e, que trazem à tona em suas vivências as categorias de análise desta pesquisa, autoconstrução e a espoliação urbana. O estudo de Dutra (2013) sobre as experiências das mulheres migrantes em diversos países, com foco na análise da dimensão do trabalho exercido por mulheres antes e depois da migração é importante para situar a realidade dos moradores participantes da entrevista. A entrevistada 1 vem de uma realidade onde exercia a profissão como faxineira e, atualmente tem desempenhado a mesma função em uma cidade que vislumbrou por melhor oportunidade de trabalho. Dutra (2013, p. 189) complementa:

Ao analisar as diversas ocupações, antes e depois da migração, pode-se sustentar que existe uma identidade profissional feminina para todas as migrantes [...] São profissões culturalmente consideradas como “típicas” da mulher, pois lhe são atribuídas no contexto da divisão internacional e sexual do trabalho. Trata-se de tarefas que dizem respeito, por exemplo, a cuidar dos outros (babá, cuidado de idoso), tarefas associadas ao espaço “reprodutivo” (dona de casa).

O dado revela, sobretudo, a desigualdade social especialmente a uma classe social estruturalmente vulnerabilizada quanto à efetivação de acesso aos direitos sociais. A baixa escolaridade é também um dado que revela a precária inserção no mercado de trabalho, majoritariamente, à população de mais baixa renda (Dutra, 2013) que, com exceção do entrevistado 4 que possui Ensino Médio Completo, os demais estão inseridos no índice de escolaridade com maior predominância na ocupação Marielle Franco: ensino fundamental incompleto.

A AUTOCONSTRUÇÃO SOB A PERSPECTIVA DOS MORADORES

O relato das quatro histórias, no primeiro momento, irá delinear o processo da autoconstrução de suas casas na ocupação Marielle Franco. O primeiro relato é da entrevistada 1: mulher, de 41 anos de idade, autodeclarada parda e natural da cidade de Serrinha, na Bahia, a entrevistada migrou para Florianópolis há oito anos, fixando-se inicialmente na Serrinha⁷, onde tinha o custo mensal de R\$600,00 para o pagamento do aluguel. O processo migratório da moradora é um retrato da busca por melhor condição de vida e oportunidade de trabalho, como sintetiza Dutra “[...] mulheres adultas que estão ativas no mercado de trabalho (seja formal ou informal) como também adultas desempregadas à procura de emprego.” (2013, p. 183)

Num cenário que desafia especialmente à classe de mais baixa renda, a permanência na casa tornou-se insustentável para a moradora que relata:

[...] eu não tinha condição nenhuma de pagar o aluguel, faltava até necessidade dentro de casa. O dinheiro de comer tinha que deixar pro aluguel. Aí teve uma colega minha que perguntou “ah, tem a ocupação ali...cê não tem coragem de entrar ali e fazer um cantinho para morar?”. Eu disse “eu tenho, tô sem condições de pagar o aluguel.” (Entrevistada 1).

A fala da moradora converge para o denso e rico trabalho da autora Lonardoní (2007) que investigou sobre a expansão do mercado imobiliário informal dentro da comunidade da Serrinha, em Florianópolis. Com privilegiada localização na cidade (pensando em acesso aos

⁷ Comunidade próxima à ocupação Marielle Franco, também localizada no alto do Maciço do Morro da Cruz.

serviços públicos e oferta de emprego), este mercado do aluguel na região aparece, também, como estratégia de renda do locatário que constroi no mesmo lote outro imóvel para alugar (Lonardoni, 2007). A autora complementa: “na Serrinha, o pagamento do aluguel compromete parte significativa do rendimento mensal das famílias, que em alguns casos é de pouco mais do que um salário-mínimo.” (Lonardoni, 2007, p. 102).

O complemento da renda familiar, através do aluguel dentro da ocupação também é uma realidade na comunidade Marielle Franco, conforme levantamento em campo. Esta realidade aparece, sobretudo, quando os moradores que participaram desta pesquisa falaram sobre outros locais de residência antes de chegar na ocupação Marielle Franco. São pessoas que já passaram por outras comunidades também localizadas no Maciço do Morro conforme relatos abaixo:

No momento que eu cheguei eu tava morando de aluguel, ali na Serrinha. Pagava R\$600,00 de aluguel. Aí tava sem condições de pagar aluguel [...] (Entrevistada 1).

Eu morava no Morro do 25, aqui também no Maciço. Pagava R\$850,00 de aluguel lá, era um quarto só, aí não consegui mais né. Trabalhava no mercado público, cortava os peixes. Aí um colega meu que trabalhava comigo, e aí morava aqui me indicou. Aí nós viemos. (Entrevistado 3).

Quando vim morar em Florianópolis, sempre morei no Morro do 25. Já moro aqui há 11 anos. Mas, eu pagava aluguel lá, né. Pagava R\$800,00 de aluguel lá no 25. E, aqui a casa é nossa, né. (Entrevistado 4).

A construção da casa própria tem sido a alternativa da população de mais baixa renda para acessar à moradia e sem precisar arcar com o alto valor no preço do aluguel. Esse processo é bastante visualizado a partir dos mutirões entre os moradores, especialmente dos vizinhos próximos, onde minimamente são já estabelecidos vínculos comunitários que, para além das construções habitacionais, existe a cooperação para melhorias de infraestrutura na comunidade. As falas dos entrevistados abaixo complementam:

[...] então reuniu todo mundo para comprar concreto e brita. Tinha mais de 20 moradores, aí cada um dava um pouquinho, porque também tá difícil pra todo mundo, né? [...] comprei madeira, telha tudo novo. Eu vou fazer de material ainda. Fiz aquela casa ali do lado, tá vendo? Aquela ali do lado quem mora é o meu filho. Dei pro meu filho e a esposa dele morar. (Entrevistada 1).

[...] chamei uns amigos aqui, aí eles vieram e me ajudaram com a casa, fizemos uma viga de material para levantar a casa, porque ela ficava no chão. (Entrevistada 2)

[...] nós compramos essa betoneira em 6 pessoas. Fizemos essa calçada aqui, aquela ali, aquela lá de baixo...colocamos o poste luz aqui, porque não tinha iluminação aqui. (Entrevistado 3).

É porque aqui ao redor, a maioria é família, são conhecidos, são primos. Então, todo mundo se ajuda. Foi através desses moradores "aqui", dessas casas aqui nas redondezas que melhoramos a água encanada, melhorou energia. Nós instalamos esse poste de luz "aí". (Entrevistado 4).

A partir dos recortes trazidos nas falas dos entrevistados, é possível identificar, especialmente na fala da Entrevistada 1 sobre a união entre os moradores para comprar materiais que vão trazer melhorias coletivas na comunidade. A entrevistada 1 relata, com entusiasmo, sobre a casa construída para o filho que, mesmo com as dificuldades financeiras, a autoconstrução tem sido a alternativa viável para a população de mais baixa renda acessar a tão sonhada casa própria.

Com o relato trazido pela Entrevistada 2, a cooperação é também enfatizada neste sentido, uma vez que os moradores contam com o apoio da rede local entre vizinhos para a construção de suas casas. O mesmo aparece na fala do Entrevistado 4, onde as melhorias de infraestrutura, como água encanada e energia elétrica somente foi possível ser alcançada com a cooperação entre a comunidade e, indica também a autogestão dos moradores na garantia das melhorias das condições de vida coletiva. Os mutirões entre os moradores da comunidade são considerados práticas características do processo de autoconstrução e, essa configuração, segundo Oliveira (2006) corresponde a dialética negativa, que:

[...] ao invés de elevar o nível da contradição, ela o rebaixa. Elevar o nível da contradição significaria atacar o problema da habitação pelos meios do capital. Rebaixar o nível da contradição significa atacar o problema da habitação por meio dos pobres trabalhadores. (Oliveira, 2006, p. 72).

Na ocupação, os moradores e vizinhos próximos, onde minimamente já são estabelecidos vínculos comunitários ressaltam a cooperação coletiva para melhorias de infraestrutura na comunidade. As falas dos entrevistados abaixo complementam:

[...] então reuniu todo mundo para comprar concreto e brita. Tinha mais de 20 moradores, aí cada um dava um pouquinho, porque também tá difícil pra todo mundo, né? [...] comprei madeira, telha tudo novo. Eu vou fazer de material ainda. Fiz aquela casa ali do lado, tá vendo? Aquela ali do lado quem mora é o meu filho. Dei pro meu filho e a esposa dele morar. (Entrevistada 1).

[...] chamei uns amigos aqui, aí eles vieram e me ajudaram com a casa, fizemos uma viga de material para levantar a casa, porque ela ficava no chão. (Entrevistada 2)

É porque aqui ao redor, a maioria é família, são conhecidos, são primos. Então, todo mundo se ajuda. Foi através desses moradores “aqui”, dessas casas aqui nas redondezas que melhoramos a água encanada, melhorou energia. Nós instalamos esse poste de luz “aí”. (Entrevistado 4).

No contexto da sociedade capitalista, a autoconstrução emerge como uma estratégia de construção utilizada por uma parcela específica da população que não possui meios de acesso à habitação por meio do mercado convencional, o formal (Maricato, 2003). Neste sentido, essas pessoas resolvem suas necessidades habitacionais de forma independente, assumindo a responsabilidade pela construção e administração de suas próprias casas e, isso tem se tornado alternativa viável diante das limitações do mercado formal de moradia. Segundo Morado Nascimento (2011, p. 7) “a autoconstrução vincula-se à maneira em que as práticas sociais próprias do cotidiano e da realidade socio financeira se estabelecem.” São casas construídas, em sua maioria, sem a consulta de técnicos ou especialistas e, que ao morador existe essa autonomia da construção de sua casa nas áreas disponíveis. O relato dos moradores traz à tona a autoconstrução sob a ótica do imprevisto e, da constante necessidade do reparo na infraestrutura da casa:

[...] é que eu vou te dizer...casa de madeira é um “quebra-galho” no momento, entendeu? Mas, não é assim, uma casa para uma família morar, porque como aqui tem muito frio...nós passa bastante frio por causa dessas brechas. Quer dizer, ela não é a casa “aconchegada”, porque nós passamos bastante frio. Aí nós seguimos na luta. A telha, olha aí, em dia de chuva elas não aguentam muita água, aí começa a ficar pingando dentro de casa. (Entrevistada 1).

Eu preciso de muita melhoria nela. Essa parte aqui eu só desmanchei porque no tempo da chuva ela deu uma quebra, e nessa parte aqui ela cedeu os pedaços, estavam todos podres. Ai no vento forte a casa toda balança. Aí chamei uns amigos aqui, aí eles vieram e me ajudaram, fizemos uma viga de material para levantar a casa, porque ela ficava direto no chão. (Entrevistada 2).

No âmbito das relações capitalistas, Oliveira (2006) entende o processo de autoconstrução como um mecanismo injusto, por parte do poder público, que vem se beneficiando ao explorar economicamente as famílias de mais baixa renda. Sob a premissa de uma análise da autoconstrução em sua perspectiva institucional, o autor aponta que este processo indica a exploração do trabalhador que passa a exercer o trabalho excedente e não remunerado para obter o acesso à habitação. Os entrevistados indicam que o processo de

autoconstrução, em sua maioria, ocorreu nos finais de semana ou nos dias de folga do trabalho. Isso ressalta o esforço adicional que os moradores da ocupação investem em melhorar suas condições de moradia, utilizando o seu tempo livre para construir suas casas:

Trabalho na Universidade de segunda a sexta, na limpeza, serviços gerais mesmo. Aí na minha casa consigo dar uma atenção e fazer as melhorias nos finais de semana, né, porque durante a semana tô trabalhando. (Entrevistado 3).

É, eu trabalho aqui na Trindade, na portaria de um condomínio. Eu e meu colega nós revezamos, né; um final de semana para cada. Eu trabalho na madrugada, aí fica melhor pra cada um descansar, que aí fica na sexta, sábado e domingo. Aí até mesmo quando preciso trabalhar aqui em casa eu consigo fazer nesses dias que eu tô de folga. (Entrevistado 4).

A partir das falas mencionadas acima, esta é uma realidade que aparece também na construção do que Kowarick (1993) denomina de espoliação urbana, onde coexiste a exploração do trabalho e a condição subalterna, de vulnerabilidade da classe trabalhadora. O entrevistado 3 ao relatar sobre a sua jornada do trabalho formal na Universidade, ressalta que aos finais de semana, consegue dar atenção e fazer as melhorias em sua casa. Nesse contexto, o morador se vê obrigado a empregar o seu tempo livre para continuar o processo de construção e demais melhorias de sua casa, reforçando o processo espoliativo vivenciado por ele e demais moradores da ocupação Marielle Franco.

Quando o entrevistado 4 menciona sobre trabalhar na portaria de um condomínio do bairro vizinho, Trindade, e que existe o revezamento com o colega de trabalho existe, ainda, as longas horas de trabalho, incluindo as madrugadas. Mesmo quando há folga, o morador relata a necessidade de continuar o trabalho das melhorias habitacionais de sua casa. Existe, neste sentido, a sobrecarga do trabalho não remunerado somado às exigências do mercado formal já desempenhadas, representando a exploração de tempo e recursos (humano e material), trazendo à tona a desigualdade de acesso à moradia digna.

Quando questionados sobre a perspectiva futura da ocupação, as respostas foram:

Vai ser maravilhoso, todo mundo com suas casas normalizadas, sabe?! Com suas casas dignas, porque para tu morar na casa de madeira assim... é bom porque tá livre do negócio do aluguel mas, é muito sofrido, é frio pras crianças. E, tenho fé que vai melhorar cada vez mais. Em termos de infraestrutura mesmo, né. (Entrevistada 1).

Acho que vai ter bastante casa, porque estão fazendo bastante casas, né?! E está todo mundo reformando as suas casas. O que tinha que melhorar é essa vala aqui

do esgoto, porque é à céu aberto, tem criança que brinca ali perto, né. (Entrevistada 2).

Ah, vai ter mais casas. Casas mais bonitas, de alvenaria. Vai ter respeito. Vamos seguir a vida. Um ajudando o outro, um dar força pro outro. (Entrevistado 3).

Olha, é como eu falei. Eu morei 10 anos ali no 2 e, ali eu vi muitas coisas que foram melhorando, ruas, praças, casas que eram em cima de barreira e depois melhoraram...eu penso dessa forma aqui, que tenha infraestrutura, saneamento, energia, água encanada boa. Eu sonho com essa tubulação fechada, com uma praça para as crianças brincarem, aquele campinho restaurado. (Entrevistado 3).

Mesmo inseridos em contextos de construção habitacional popular e dificuldade de acesso à cidade, nos relatos dos entrevistados é possível identificar uma perspectiva positiva com relação ao futuro, especialmente, quando demandam pelo mínimo: condições mínimas de infraestrutura urbana e de habitabilidade. Melhorias que incluem a perspectiva de ter um ambiente seguro para as crianças da comunidade brincarem, de existir a segurança do morar com dignidade, sem mais ameaças e ações despejos na comunidade. Os relatos reforçam a desigualdade socioespacial presente em uma ocupação que ocupa um lugar privilegiado (do ponto de vista da localização aos equipamentos públicos) mas, que não tem acesso ao mínimo de infraestrutura, acarretando a chamada exclusão social, assim definida por Maricato (2003, p. 153) “[...] pode ser caracterizada por fatores indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência de cidadania.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição das análises realizadas referente ao processo de autoconstrução, bem como os processos espoliativos vivenciados pelos moradores da ocupação Marielle Franco, é necessário algumas considerações e reflexões finais.

Em síntese, a proposta deste artigo foi de contribuir com enfoques teóricos emergentes a partir da segregação socioespacial, do acesso desigual a uma cidade que continua a reproduzir uma imagem de “Ilha da Magia”, onde exista a oferta de uma cidade com iguais oportunidades. Neste sentido e, tendo em vista o crescente valor imobiliário em Florianópolis, a cidade, junto aos segmentos mais influentes, tem contribuído para a ampliação das disparidades socioespaciais, afetando principalmente, a população mais vulnerabilizada. Ao partir do levantamento sociodemográfico realizado na área de estudo

deste artigo, na ocupação urbana Marielle Franco, foi possível traçar o perfil daqueles que vem para a cidade como forma de melhorar suas condições de vida e, neste sentido, entendem que aqui encontrarão melhores oportunidades de trabalho, como pontuado em algumas das falas dos entrevistados.

Para além da ocupação (trabalho), foi possível identificar as condições espoliativas vivenciadas pelos moradores da área. São trabalhadores inseridos no setor da construção civil, como empregadas domésticas, serviços gerais de limpeza e, que já com trabalho pesado desenvolvido ao longo da semana, soma-se o trabalho não remunerado e, também exaustivo, da autoconstrução aos finais de semana e nas escassas folgas do trabalhador. É evidente que não resta alternativa para esse grupo social e, que com a falta de alternativas habitacionais, no âmbito de ser um direito social, consolidou a informalidade como forma de moradia para a população de mais baixa renda nas áreas urbanas desprovidas de infraestrutura. As ocupações urbanas têm materializado essa condição.

O setor imobiliário desempenha papel crucial nas dinâmicas urbanas, especialmente nos grandes centros e cidades, sob a lógica de acumulação capitalista. Isso reflete na inserção de serviços públicos e privados destinados a atender a uma determinada classe social, resultando em processos especulativos e aprofundando a desigualdade socioespacial. Conforme aponta Kowarick (2009), a segregação socioespacial leva à divisão espacial da cidade, criando áreas privilegiadas com a oferta de melhores serviços e equipamentos públicos, enquanto outras áreas ficam desprovidas de infraestrutura. Essa assimetria se traduz no desigual acesso às oportunidades de emprego de qualidade, moradia digna, educação, afetando principalmente, a população de mais baixa renda.

REFERÊNCIAS

ABREU, Miriam Santini. **Espaço e cotidiano no jornalismo**: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2019.

BOTTAMEDI, Felipe. Bairros universitários puxam valorização do m² em Florianópolis em agosto. **ND+**, [S.l., 05 set., 2023, às 14h38]. Disponível em: <https://ndmais.com.br/economia/bairros-universitarios-puxam-valorizacao-do-m%C2%B2-em-florianopolis-em-agosto/>. Acesso em: 28 set. 2023.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scorttecci, 2012.

BRITO, Fausto. **A transição para um novo padrão migratório no Brasil**, Belo Horizonte: UFMG; CEDEPLAR, 2015. 25 p.

CALHEIROS, Fernando. **Ocupações urbanas e os efeitos socioespaciais da disputa pela terra em Florianópolis: o caso das ocupações Marielle Franco e Fabiano de Cristo**. 2020. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, UFSC, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/221251>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CANELLA, Francisco. **Entre o local e a cidade: memórias e experiências de duas gerações de moradores da periferia urbana em Florianópolis (1990-2010)**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2019. 334 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A, 2004.

DUTRA, Délia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, n. 40, p. 177-193, jun. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042017011>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FJP. **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte: FJP, 2018.

FJP. **Déficit Habitacional no Brasil – 2016-2019**. Fundação João Pinheiro – Belo Horizonte: FJP, 2021.

GALVEZ, Maria Eugenia Letelier. Escolaridade e inserção no mercado de trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 2, n. 107, p. 133-148, jul. 1999.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência urbana: um problema social. **Tempo Social**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 105-119, maio de 1998. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/pMb4BC73bgvqnw6XqDOzWNR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2023.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, [S.L.], v. 21, n. 46, p. 951-974, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/VwmjbmZB7PYMvxTwZrXfgt/>. Acesso em: 30 ago. 2023.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**, São Paulo: Ed. 34, 2009. 144 p.

LONARDONI, Fernanda Maria. **Aluguel, informalidade e pobreza: o acesso à moradia em Florianópolis**. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2a ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1979.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 17, n. 48, p. 151-166, ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgfBwgPyLxBxbNRbf/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

NASCIMENTO, Denise Morado. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura (org.). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Com Arte, 2011. p. 1-350.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos - Cebrap**, [S.L.], n. 74, p. 67-85, mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/NZdtrpkH99L4r4zfzbTN3Pw/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PIMENTA, Margareth; PIMENTA, Luís Fugazzola. Pobreza e a qualidade de vida nos morros centrais de Florianópolis: a escalada de um distanciamento. **Revista Acta Geográfica**, [S.L.], v. 5, n. 9, p. 47-66, jun. 2011. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/353>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. 2009. 658 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92552>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Dados de autoria

Victória da Silva Soares

Assistente Social formada em 2021 pela Universidade Federal de Santa Catarina. Experiência no âmbito da Política de Assistência Social da Alta Complexidade, no atendimento à população em situação de rua e mulheres vítimas de violência doméstica. Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPLAN) na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com o trabalho intitulado *Espoliação Urbana e Autoconstrução: o caso da Ocupação Urbana Marielle Franco - Florianópolis (SC)*. Ao longo da pesquisa fui associada ao Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF - UDESC). E-mail: vicsoaress38@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9243505711744497>.

Francisco Canella

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1987), mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992) e doutorado pelo Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). Atualmente é professor efetivo da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), concursado na área de Sociologia da Educação e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPLAN). Coordena programas de extensão em bairros de periferia urbana e desenvolve pesquisas sobre temas como: movimentos sociais urbanos, trajetórias de vida, juventude e classes populares urbanas. E-mail: franciscocanella@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0935293184586195>.